

**O LUGAR DO CAMPESINATO NO CAPITALISMO: AS MÚLTIPLAS
DIMENSÕES DO PROCESSO DE (RE)CRIAÇÃO DE UMA CLASSE E DE UM
MODO DE VIDA**

**THE PLACE OF THE PEASANTRY IN
THE CAPITALISM: THE MULTIPLE DIMENSIONS OF THE (RE)CREATIO
N PROCESS OF A CLASS AND OF A WAY OF LIFE**

**EL LUGAR DEL CAMPESINADO EN EL CAPITALISMO: LAS MÚLTIPLES
DIMENSIONES DEL PROCESO DE (RE)FÓRMULA DE UNA CLASE Y
FORMA DE VIDA**

Anderson Luiz Machado dos Santos

**Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia e
Geociências da Universidade Federal de Santa Maria (PPGGEO-UFSM), Membro
do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET).**

andersonlm.santos@gmail.com

Fabício Teló

**Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ), Membro do Grupo de Pesquisa em
Educação e Território (GPET).**

fabriciotelo@hotmail.com

Resumo: Com vistas a superar a visão recorrente de que o campesinato é um sujeito do passado, este trabalho tem por objetivo investigar as seguintes questões: há um lugar para os camponeses no modo de produção capitalista? Como esses sujeitos se recriam neste contexto? As reflexões para responder essas perguntas se estabeleceram a partir da revisão bibliográfica que incorpora a contribuição de pensadores de diversas áreas das ciências humanas, na busca por elementos complementares entre diferentes visões. Assim, estabeleceu-se como hipótese o entendimento de que o campesinato forma historicamente uma classe social e um modo de vida capaz de se recriar em diferentes contextos socioeconômicos, culturais e políticos. As ponderações presentes neste trabalho levam a compreender que há um lugar para o campesinato no capitalismo, apesar de sua posição de classe subalterna. O que possibilita sua reprodução, mesmo no contexto dos Impérios Alimentares, é sua capacidade de resistência e resiliência, que se manifestam nas múltiplas dimensões do seu modo de vida.

Palavras-chave: campesinato, capitalismo, classes sociais, modo de vida.

Abstract: In order to overcome the recurring vision that the peasantry is a subject of the past, this work aims to investigate the following questions: is there a place for the peasants in the capitalist mode of production? How these subjects recreate themselves in this context? The reflections to answer these questions were established from the literature review that incorporates the contributions of thinkers from various fields of human sciences, in pursuit for complementary elements between different views. Thus, it was established as a hypothesis the understanding that, historically, the peasantry forms a social class and a way of life able to recreate themselves in different

socioeconomic, cultural and political context. The considerations of this work lead us to understand that there is a place for the peasantry under capitalism, despite their subaltern class status. Even in the context of Empires Food, its capacity for resistance and resilience, manifested in its multiple dimensions of their way of life, allows their reproduction.

Keywords: peasantry, capitalism, social classes, lifestyle

Resumen: Con el fin de superar la visión recurrente de que el campesinado es un sujeto del pasado, este trabajo tiene como objetivo investigar las siguientes cuestiones: ¿hay un lugar para los campesinos en la forma de producción capitalista?, ¿cómo esos sujetos se reformulan en este contexto? Las reflexiones para responder esas preguntas, se establecerán a partir de la revisión bibliográfica que incorpora la contribución de pensadores de diversas áreas de las ciencias humanas, en la búsqueda de elementos complementarios entre diferentes visiones. De este modo, se estableció como hipótesis el entendimiento de que el campesinado forma históricamente una clase social y una forma de vida capaz de reformularse en diferentes contextos socioeconómicos, culturales y políticos. Los análisis presentes en este trabajo llevan a comprender que hay un lugar para el campesinado en el capitalismo, a pesar de su posición de clase subalterna. Lo que posibilita su reproducción, en el contexto de los Imperios Alimenticios, es su capacidad de resistencia y resiliencia que se manifiestan en las múltiples dimensiones de su forma de vida.

Palabras clave: campesinado, capitalismo, clases sociales, forma de vida.

INTRODUÇÃO

A hegemonia do capitalismo sobre diversas formações sociais teve como consequência a construção de uma nova estrutura de classes sociais, pois mediante seu metabolismo social, que visa à acumulação de riquezas na forma de capital, impôs novos processos socioeconômicos de exploração do trabalho, como a extração de mais-valia a partir do trabalho livre. Assim, o capitalismo passou a ser caracterizado como um modo de produção distinto, no qual, aparentemente, a contradição entre burguesia e proletariado formaria sua estrutura macrosocietal ontológica. Entretanto, identifica-se uma pluralidade de sujeitos históricos que não se enquadram nessa dualidade, dentre os quais se situam os camponeses. A partir desse axioma, este trabalho tem por objetivo investigar as seguintes questões: há um lugar para os camponeses no modo de produção capitalista? Como esses sujeitos se recriam neste contexto?

As reflexões para responder essas perguntas se estabeleceram a partir da revisão bibliográfica que incorpora a contribuição de pensadores das ciências humanas, na

busca por interconexões entre visões distintas. Assim, estabeleceu-se como hipótese o entendimento de que historicamente o campesinato forma uma classe social e um modo de vida capaz de se recriar em diferentes contextos socioeconômicos, culturais, políticos e espaciais.

O conceito de classe social é interpretado a partir de Marx (1851/1982a, 1852/1982b, 1867/1983), Marx e Engels (1845/1982), Gramsci (1929-1935/1978, 1987) e Bourdieu (2005, 2009), concebendo que uma classe social se constitui enquanto tal, na medida em que disputa valores e interesses com outra classe, havendo, de forma concomitante, a inserção dos seus agentes sociais nos processos produtivos, a elaboração de sua consciência e formas de ação política, bem como a construção de valores simbólicos e ação na esfera cultural de uma dada sociedade. Por sua vez, a categoria modo de vida é considerada como um conjunto de práticas sociais e formas de organização pautadas por valores específicos. (MOURA, 1988; TEDESCO, 1999; PAULINO, 2006).

Como premissa aponta-se que não se pode tratar o campesinato como um sujeito apenas do passado, mas como parte integrante do nosso tempo e sociedade que, por conseguinte, deve ser explicado a partir das contradições e relações que caracterizam o presente (VAN DER PLOEG, 2008). Com efeito, de acordo com o referido autor, não é por acaso que se considera o camponês um sujeito do passado, atrasado e fadado ao desaparecimento. Isto foi uma construção de uma ciência social, a qual o autor caracteriza como “bárbara”, porque desconsidera as práticas camponesas e age como se elas não existissem, dando ênfase apenas à figura do empresário agrícola, patamar no qual o camponês deveria chegar através das políticas públicas.

Esta reflexão nos remete à teoria de Santos (2007) sobre a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, ou seja, dependendo do interesse da ciência, dá-se mais importância a determinados fatos em detrimento de outros e, por consequência, os fatos mencionados são considerados os existentes, e os esquecidos passam como se não existissem. É o caso do campesinato: se a ciência não o estuda, é como se ele não existisse.

Por outro lado, verificamos emergir nas últimas décadas do século XX e neste início de século XXI, uma vasta literatura que se preocupa em desmitificar as concepções que outrora fadaram o campesinato ao desaparecimento, pois, cada vez mais, em diferentes contextos socioeconômicos, políticos, culturais e espaço-temporais, esses sujeitos encontram-se em processo de recriação. O presente trabalho se situa nesta

perspectiva teórica, buscando compreender o lugar que o campesinato ocupa no capitalismo, concebendo-o como resultado de sua real capacidade de adaptação e flexibilidade, resistência e resiliência nos controversos que tenderiam para sua eliminação.

A problemática campesinato-capitalismo é discutida a partir de três repertórios. No primeiro, procura-se uma conceituação do capitalismo e das relações-processos de constituição das classes sociais no seu interior. No segundo, discute-se o processo de recriação camponesa em sua diversidade de formas e unidade de conteúdo, conjugada à natureza contraditória deste modo de produzir a vida em sociedade. Por fim, insere-se a problemática na recriação camponesa no processo de produção do espaço e dos territórios, sob o entendimento de que a ação humana se dá no tempo e no espaço, o qual se constitui como condição, meio e processo de materialização e subjetivação da vida em sociedade.

CAPITALISMO: ELEMENTOS PARA UMA CONCEITUAÇÃO

O conjunto das formações sociais contemporâneas, com raras exceções, vivencia um período de hegemonia de um modo distinto de organização da vida em sociedade - o capitalismo. No âmbito das ciências humanas, é possível interpretá-lo sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Por conceber que é compromisso do pesquisador situar-se dentro de uma perspectiva, procura-se, aqui, recuperar a conceituação do capitalismo com base na concepção filosófica do materialismo dialético, na teoria social propiciada pelo materialismo histórico e na crítica da economia política, sem refutar outras possibilidades de compreensão deste fenômeno social.

Nessa perspectiva, o capitalismo é analisado a partir da categoria modo de produção, que corresponde à maneira como os homens produzem seus meios de vida de acordo com as relações que estabelecem entre si e com a natureza (MARX; ENGELS, 1845/1982). Assim, pressupõe a existência de “determinados indivíduos, que trabalham produtivamente de determinado modo e entram em determinadas relações sociais e políticas” (MARX; ENGLES, 1845/1982: p. 13).

A interpretação que aqui se partilha aborda o modo de produção de maneira ampla, sem restringi-lo à dimensão econômica, ainda que se reconheça que esta assume um caráter elementar no capitalismo, mas acredita-se importante considerar outras

mediações intrínsecas aos processos sociais, visto que “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, diretamente, entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real” (MARX; ENGLES, 1845/1982: p. 36).

Do ponto de vista da análise das relações econômico-sociais, a visão da crítica da economia política elaborada por Marx n’ **O capital** (1867), pontua que o modo de produção capitalista tem como elemento estrutural a acumulação de riquezas na forma de capital. O capital é interpretado como um conjunto de relações sociais de produção que, sob a égide capitalista, apresenta especificidades em relação a outros modos de produção. Neste, a instituição da propriedade privada divide a sociedade entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. A partir dessa divisão, na transformação da mercadoria-dinheiro em capital, o possuidor dos meios de produção deve

[...] descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra esta mercadoria específica – a capacidade de ou a força de trabalho. (MARX, 1867/1983: p.139)

Entretanto, para que a força de trabalho apresente-se como mercadoria no processo de circulação, pode ser trocada por outra mercadoria, ou seja, “para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho” (MARX, 1867/1983: p.139). Assim, uma das condições para a existência do capitalismo, enquanto modo de produção distinto historicamente é o trabalho livre. Por outro lado, o possuidor da força de trabalho, não tem outras mercadorias para vender. Visto que, “para que alguém venda mercadorias distintas de sua força de trabalho ele tem de possuir naturalmente meios de produção, por exemplo, matérias primas, instrumentos de trabalho, etc.” (MARX, 1867/1983: p. 140). Desta maneira, o capitalismo tem, na sua essência, a existência de uma classe possuidora dos meios de produção, a burguesia, e outra antagônica, que possui como único instrumento para a manutenção e reprodução da vida material, a venda de sua força de trabalho: o proletariado.

Ao voltar à análise para a esfera da produção econômica, Marx (1867/1983) revelou o caráter socialmente desigual e exploratório vigente no modo de produção, visto que a força de trabalho ao entrar no processo produtivo, possui a capacidade de

gerar mais valor do que recebe na forma do salário. E esta é a lei da acumulação capitalista, ou seja, “nada mais é do que a relação entre o trabalho não-pago, transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional” (MARX, 1867/1983: p.193). Diante desta relação entre capital e trabalho se estabelece a reprodução ampliada do capital, sintetizada na fórmula $D - M \dots p \dots M' - D^1$, a qual permite definir o capitalismo como “um modo de produção específico, e não apenas tecnologicamente, mas que transforma totalmente a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais” (MARX, 1863/1985: p.104). Neste modo de produção entra em cena a “subsunção real do trabalho no capital” (MARX 1863/1985: p.104), que altera a relação entre capitalistas e trabalhadores livres, tornando central no processo produtivo a extração da mais-valia relativa através da exploração da força de trabalho alheia.

Não obstante, estas relações que são tanto econômicas quanto sociais se desdobram na dimensão simbólico-cultural e político- ideológica vigente nas sociedades, da mesma forma que estas dimensões exercem influência sobre a dimensão econômica e social. No que se refere à primeira dimensão, Marx (1867/1983), demonstra, n' **O Capital**, através da noção de fetichismo da mercadoria², a tendência geral dos sujeitos não compreenderem as relações sociais em que estão inseridos, em virtude do mundo dominado pelas mercadorias transfigurar a ideia de que tanto as mercadorias quanto o ser não são produtos de relações sociais, mas coisas, o que funciona como uma espécie de ocultação da realidade.

Ainda, cabe revelar que esse é um processo construído politicamente, através da luta de classes, em virtude da classe que assume o processo de direção econômica da sociedade, possuir a necessidade de impor o conjunto de valores que vigoram na mesma, com vistas a transformar os seus, em valores universais. Esta é uma das

¹ D= Dinheiro; M= Mercadoria; p= a produção. A lógica desse processo é comprar para vender, ou seja, o capitalista possuidor de dinheiro compra a mercadoria “força de trabalho” que é consumida na produção e agrega valor à mercadoria que se destina a produzir. Essa mercadoria será vendida e convertida novamente em dinheiro, porém, possuirá um valor maior M' em decorrência da capacidade específica da força de trabalho criar mais valor. O que resulta em uma acumulação representada por D'.

² Sobre o fetichismo da mercadoria Marx expõe: O misterioso da mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais de seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessa coisa e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quíprocó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas, metafísicas ou sociais. [...] Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho tão logo são produzidos como mercadorias, e que por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 1867/1983: p.71)

questões que Marx e Engels (1845/1982: p.38) procuram demonstrar com a afirmação “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”.

Entretanto, apesar da grande contribuição da crítica da economia política, enquanto parte de uma concepção filosófica mais ampla e de uma teoria social, denominadas respectivamente, materialismo dialético e materialismo histórico, para compreender a natureza contraditória do modo de produção capitalista, se faz necessário estabelecer a mediação entre a definição abstrata do capitalismo, como a que Marx apresentou no livro I d’ **O capital**, e sua manifestação concreta através das especificidades de cada formação social, pois estas são “combinações estruturadas de diversos modos de produção e dominadas por um deles” (AMIN, 1986: p.12). Diante desta mediação, se abre a possibilidade de revelar as dinâmicas presentes na gênese e no desenvolvimento do capitalismo no limiar do século XXI.

A CONSTITUIÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS NAS FORMAÇÕES CAPITALISTAS: CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOCIOLÓGICO

A interpretação de Marx (1867/1983) acerca do capitalismo culminou numa leitura entre a geração de intelectuais que o procederam e comungaram de suas ideias, na qual a relação entre as classes sociais, na dinâmica do capitalismo, se estabeleceria fundamentalmente entre proletariado e burguesia. Outras classes sociais, dentre estas o campesinato, tenderiam a desaparecer, ou a reduzir e reorientar seu papel nas sociedades. É o que se verifica nos trabalhos de Kautsky (1898/1980) e Lênin (1899/1982) no final do século XIX.

Contudo, Marx (1859), já no prefácio de **Para crítica da economia política**, obra que segundo o próprio autor, sintetiza seus estudos sobre a economia política³ e

³ [...] Tenho diante de mim o conjunto do material sob a forma de monografias que foram redigidas com longos intervalos, e cuja elaboração sistemática, segundo o plano dado, dependerá de circunstâncias exteriores. Suprimo uma introdução geral - **refere-se à Introdução a crítica da economia política, Marx (1857) [grifo dos autores]** – que havia esboçado, pois, graças a uma reflexão mais atenta, parece-me que toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar, e o leitor que se dispuser a seguir-me terá que se decidir à ascender do particular para o geral. Por outro lado, poderão aparecer aqui algumas indicações sobre o curso dos meus próprios estudos político-econômicos. (MARX, 1859/1982: p.23-24)

explicita o fio condutor do seu método de análise e exposição, que posteriormente resultaram nos três tomos de **O capital**. Deixou claro, a seguinte consideração.

Considero o sistema da economia burguesa nesta ordem: **capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado. Estado, comercio exterior, mercado mundial**. Nos três primeiros títulos examino as condições econômicas de vida das **três grandes classes**, em que se dividem a moderna sociedade burguesa; a conexão dos três seguintes é evidente. (MARX, 1859/1982: p.23)

Como o método de exposição de seus resultados, reside em realizar **aproximações sucessivas e cada vez mais abrangentes** ao objeto da análise, partindo-se do concreto para o abstrato e retornando-se do abstrato para o concreto como síntese de múltiplas determinações (MARX, 1857; 1859/1982). O tema das classes sociais que dividem a ordem burguesa foi retomado somente no **Livro III d' Capital**.

Os proprietários de mera força de trabalho, os de capital e os de terra, os que tem por fonte de receita, respectivamente, salário, lucro e renda fundiária, em suma, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras, constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção. (MARX, 1865/1991: p.1012).

Por sua vez, como na interpretação de que a obra **O capital**, fora inclusa, nesse ponto não há discordância, e que seus elementos centrais estariam no **Livro I**, publicado em vida por Marx (1867), a concepção na qual burguesia e proletariado, seriam as grandes classes sociais antagônicas no curso do desenvolvimento capitalista, impactaram sobremaneira as reflexões teóricas no campo das Ciências Sociais ocidentais durante o século XX. Como pondera Shanin (1979), no que se refere ao campesinato, a problemática oriunda do processo de modernização das sociedades frente ao capitalismo, condizia à visão de que os camponeses desapareceriam neste processo. Como efeito da mesma, as visões acerca do campesinato tenderam a interpretá-lo como um ser social do passado, remetendo sua existência a espaços restritos e períodos distantes da história da humanidade, como a Europa feudal e as formações sociais pré-capitalistas dos países periféricos. O que limitou a discussão sobre sua reprodução no interior do capitalismo.

Por outro lado, na reprodução da vida no espaço rural, em diversas formações sociais capitalistas, nota-se a presença de sujeitos históricos que constituem um campesinato internacional em processo de criação e recriação, que, em sua diversidade

de origens, apresenta similitudes nas suas condições de vida (SHANIN, 2008). Questão que contribui para a retomada dos estudos acerca do campesinato.

Diante dessa problemática, renova-se a necessidade de recolocar em pauta o debate sociológico sobre os processos que permitem compreender a constituição das classes sociais nas formações capitalistas. E o paradigma do materialismo histórico, como teoria social, possui contribuições importantes para o mesmo. Ainda que possa parecer contraditório, esse paradigma se situa entre as matrizes de pensamento que contribuem para a retomada da discussão em torno da questão camponesa. (SHANIN, 1979).

Desde as obras de Marx, a problemática das classes sociais no paradigma do materialismo histórico situa-se na tensão entre estrutura e ação, pois ora definia classe social a partir do seu lugar na esfera produtiva da sociedade, vide **O Capital** (1867), ora trabalha a classe enquanto processo e relação, abordando de maneira imbricada a dimensão produtiva, com os processos e relações políticas, ideológicas e culturais que estabelecem no processo de luta em que estão inseridas, vide obras como **As lutas de classe na França** (1851) e **O dezoito de Brumário** (1852). Assim, conforme Medeiros (1992) desenvolveram-se dentro do paradigma (materialismo histórico) diferentes conceituações sobre o que são classes sociais e como se constituem, tanto como paradigmas alternativos, e até mesmo a refutação desse conceito.

Em busca de uma releitura deste paradigma, toma-se como premissa que a constituição das classes sociais, sob a óptica materialista histórica, deve abranger a leitura das imbricações entre dois processos: um que se refere ao processo econômico-social a partir da inserção dos indivíduos no processo de trabalho e outro que se refere ao processo político-ideológico, através da luta oriunda dos interesses comuns entre os indivíduos agrupados. Esta imbricação é clara em **A ideologia alemã** (1845), na medida em que Marx e Engels (1845/1982: p. 58) concebem que “os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma luta comum contra outra classe, de resto contrapõem-se de novo holisticamente uns aos outros, em concorrência”. Também demonstram como isso ocorreu no processo de formação da burguesia enquanto classe, visto que na medida em que partilhavam individualmente condições de trabalho comuns e independentes, antagônicas ao trabalho feudal, tornaram-se obrigados a “unir-se contra a nobreza rural para salvar sua pele”. (MARX; ENGLES, 1845/1982: p.57).

Marx (1851/1982a, 1852/1982b), em textos de análise de conjuntura, sobretudo a conjuntura do desenvolvimento capitalista e as lutas de classes na França do século XIX, aprofunda a leitura sobre processo de constituição das classes sociais e revela como, a partir de condições econômico-sociais comuns, desenvolve-se o processo de luta política em torno de interesses que os grupos compartilham, formando diferentes classes sociais. Os camponeses aparecem nesse processo como resquícios de uma formação social anterior ao capitalismo que se mantém vinculado à estrutura de classes sociais mediante relações de poder.

Entretanto, enfrentam adversidades para se constituir como classe social, pois segundo Marx (1852/1982b), os pequenos camponeses, apesar de formar uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, pouco estabeleciam relações multiformes entre si, seja porque cada família era quase autossuficiente, produzindo a grande maioria dos produtos que consumiam, o que restringia o intercâmbio com outras famílias, seja porque o débil sistema de comunicações da França os colocava em isolamento. Assim,

[...] na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras e opõem seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões de camponeses constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu nome, quer através de um parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, tem que ser representados. (MARX, 1852/1982b: p.277)

Diante dessa debilidade, segundo Marx (1852/1982b), Luís Bonaparte soube capitanear os interesses dispersos do campesinato francês, apresentando-se como seu representante legítimo, o que contribuiu para o golpe de Estado em 1851. No entanto, a debilidade não significa que os camponeses não pudessem se constituir como classe no curso da história. Nas mesmas obras, Marx (1982a, 1982b) demonstra como isso ocorreu em

Cevènnès,⁴ em princípios do século XVIII, bem como na entrada dos camponeses nas lutas de classe entre 1848 e 1850⁵.

Outro elemento importante nessa reflexão sobre as classes sociais é apontado n' **O capital** (1867). No **Livro I** desta obra, Marx prioriza a dimensão das relações econômico-sociais vigentes entre as duas classes centrais do capitalismo: burguesia e proletariado. No prefácio da obra, ao apontar que na época histórica de dominação do capitalismo não se convivia apenas com seu séquito de relações, mas também com a ausência das mesmas, o que sintetiza com a expressão, “somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos” (MARX, 1867/1983: p.12), revela outra questão que se torna mister para se compreender a estrutura de classes vigentes nas formações sociais capitalistas: trata-se da questão vinculada à natureza do desenvolvimento deste modo de produção, cujo cerne reside na construção de novas contradições sociais, articuladas à contradições precedentes que se reconfiguram no seu interior. Por tal condição, a natureza do desenvolvimento capitalista se configura como contraditória e combinada.

Com a afirmação de que somos atormentados não só pelos vivos, mas também pelos mortos, Marx (1867/1983) possibilita interpretar que a dinâmica espaço-temporal produzida no desenvolvimento do capitalismo é capaz de criar o novo e recriar o velho dentro de sua estrutura. Portanto, ao mesmo tempo em que instaura sobre uma formação social novas contradições, é capaz de incorporar relações que o precedem historicamente, e que estão na base de determinada formação social.

Ainda dentro de uma perspectiva materialista histórica, mais próxima ao historicismo que ao estruturalismo, Antônio Gramsci (1929-1935) traz a contribuição acerca dos processos e relações simbólico-culturais que desencadeiam no plano das superestruturas como elemento importante na formação de uma vontade coletiva, que representa uma classe social. Para Gramsci (1987)⁶, a ideologia é concebida como visão

⁴ Região montanhosa da França na qual, em princípios do século XVIII, ocorreu um grande levante dos camponeses, cujos lemas eram: *Não aos impostos! Liberdade e Consciência!* Essa luta durou cerca de trinta anos na forma de guerra de guerrilhas, e expressa a capacidade do campesinato em se constituir como classe autônoma.

⁵ O mês de março de 1848 marca a entrada do campesinato das lutas políticas da França de 1848 a 1850. Entretanto, diferentemente do que ocorreu em Cevènnès, os camponeses desta vez se inserem na luta política como classe subalterna, cooptada pelos interesses do bonapartismo.

⁶ No que concerne a Antonio Gramsci utilizam-se neste artigo, dois textos que compõe **Quederni del Carcere** publicados por Einaudi, Turim, 1966, os quais foram elaborados por Gramsci entre 1929 e 1936, por isso, ao citar o autor, suprimiu-se a data de elaboração das obras e manteve-se apenas a data das publicações utilizadas.

de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, e em todas as manifestações da vida individual e coletiva.

Desta forma, as diferentes classes produzem diferentes visões de mundo e para que sua visão torne-se dominante fazem uso de dois elementos, o consenso e a força. Ou seja, para que uma parcela da sociedade exerça o domínio de toda sociedade, a mesma procura constituir hegemonia através,

1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto da confiança) que o grupo dominante obtém por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1978 p.11)

Esse processo é parte da organização cultural das sociedades divididas em classes sociais.

Por sua vez, ainda que esteja fora do paradigma do materialismo histórico e ainda que a problemática das classes sociais não esteja no centro de suas reflexões, a sociologia de Pierre Bourdieu (1930-2002) traz importantes contribuições para uma releitura do conceito em questão e para a interpretação das dinâmicas das classes sociais no espaço e no tempo. Bourdieu (2005), assim como Marx e Engels (1845/1982), concebe que as ideologias servem a interesses particulares que tendem a ser apresentados como interesses universais, comuns ao conjunto da sociedade. Entretanto, Bourdieu (2005) insere um novo elemento para que se compreenda como a ideologia dominante também se manifesta na cultura, que, por sua vez, contribui para

[...] a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação destas distinções. (BOURDIEU, 2005, p.10)

Tal elemento diz respeito à luta simbólica em que as classes sociais estão inseridas. Ou seja,

[...] as diferentes classes e fracções de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo de forma transfigurada o campo das posições sociais. (BOURDIEU, 2005 p.11).

A tensão estrutura/ação é desenvolvida por Bourdieu (2009) através do conceito de *habitus*, que corresponde a um sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos, de uma determinação de um futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas ajustadas às estruturas. Contempla o movimento de internalização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporados.

Assim, para Bourdieu (2009), mais do que uma estrutura-estruturante, as classes sociais são interpretadas como um *devoir*, como processo e relação que se manifestam nas posições que ocupam, nas situações que se encontram e nos papéis que desenvolvem nos diferentes campos da ação humana. Com base no conhecimento do espaço das posições dos agentes no interior de um campo, pode-se, de acordo com Bourdieu (2005), recortar as classes no sentido lógico do termo, quer dizer, “conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em posições semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posições semelhantes” (BOURDIEU, 2005 p.136).

Portanto, diferentemente de uma acepção marxiana do termo, Bourdieu (2005) está problematizando as classes como *classes no papel*, ou seja, como classes prováveis, no sentido de um *devoir*. Contudo, como afirma Da Ros (2006), ao relativizar a existência das classes como classes teóricas, Bourdieu (2005) não está negando sua possibilidade de existência como classes reais, entretanto concebe que as mesmas se constituem na busca por representação de seus interesses, no trabalho de mobilização, na luta política e simbólica em que estão inseridas.

Diante destas premissas, a sociologia pode incorporar a interpretação da mixagem entre as dimensões econômico-social, político-ideológica e simbólico-cultural para que haja compreensão de como se constituem as classes sociais no capitalismo, concebendo-as não como uma estrutura-estruturada, e sim como um processo em movimento, como pondera Bourdieu (2009) e como, em última instância, o paradigma

do materialismo histórico aponta. Cabe também situar esses processos e relações na lógica do desenvolvimento contraditório e combinado do capitalismo.

CAMPESINATO E CAPITALISMO: O PROCESSO DE RECRIAÇÃO DE UMA CLASSE E DE UM MODO DE VIDA DIANTE DA NATUREZA CONTRADITÓRIA E COMBINADA DO DESENVOLVIMENTO

A concepção de que o capitalismo não se desenvolve de forma unilateral leva a compreender que a acumulação via extração de mais-valia não é o único processo a partir do qual se estabelece a reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, concorda-se com Harvey (2006), para quem a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista, tornando-o muito dinâmico e inevitavelmente expansível, impondo-lhe uma força capaz de transformar o mundo. Assim, na medida em que o capitalismo se expande no espaço de uma formação social, acaba por se deparar com a terra; no momento em que o capital passa subordiná-la, complexas relações que estão para além da acumulação via extração de mais-valia, sob o ponto de vista da relação entre capital e trabalho assalariado, passam a emergir. Kautsky (1898/1980), ao problematizar a expansão do capitalismo na formação social alemã aprofunda a leitura a respeito de um processo que Marx já havia esboçado no **Livro III de O capital**. Trata-se da questão da renda da terra, algo que precede o capitalismo, mas que, mediante sua dinâmica contraditória, transforma-se em renda territorial capitalizada. Essa transformação advém de dois processos no que concerne à expansão do capitalismo sobre o espaço rural que, segundo Kautsky (1898/1980) são a transformação da terra em propriedade privada e o caráter de mercadoria que a mesma assume. Entretanto, o processo de valorização desta mercadoria, bem como das mercadorias que pode gerar em decorrência de sua exploração, difere-se do processo de valorização do capital a partir da extração da mais-valia. Pois,

Para alguém embolsar uma renda territorial, basta-lhe o título de proprietário fundiário. Quando aluga seu domínio, não carece mexer o dedo para ter o benefício da renda territorial. Para realizar o lucro que os trabalhadores lhe proporcionariam, o capitalista, mesmo no caso de não colaborar ativamente na produção, é obrigado, ao menos, a intervir na esfera da circulação das mercadorias, na compra e na venda. A isso foi obrigado, ao menos, até o dia em que as sociedades por ação o tornaram inútil nessa esfera, mostrando que poderiam dispensá-lo. O proprietário territorial só precisa ter a sua posse

fundiária para receber as suas rendas, e, muito frequentemente, vê-las aumentar. (KAUTSKY, 1998/1980: p. 98)

Isso ocorre em virtude de que, no movimento do capital, o mesmo transfere parte do lucro extraordinário do capitalista, decorrente da massa de mais-valia extraída, ao proprietário fundiário, que detém o direito de apoderar-se de uma mercadoria que é fonte de riqueza, mesmo na ausência do processo de trabalho, o solo. Assim, o capital, cuja tendência é dominar os diversos setores da produção, paga ao proprietário fundiário a renda territorial capitalista. A mesma difere-se da renda fundiária feudal, que se estabelecia a partir das relações de domínio pessoal do proprietário fundiário sobre o camponês parcelar. Configura-se como um tributo social, que é pago pelo conjunto da sociedade, pois o processo de valorização das mercadorias que as transformam em capital é um processo social, visto que o processo de trabalho é socializado; entretanto, seu resultado, ou seja, a mercadoria que produz é apropriada de forma privada pelo capitalista, gerando o lucro. Esta renda que decorre do monopólio da propriedade da terra é denominada renda absoluta. (KAUTSKY, 1898/1980).

Não obstante, cada parcela da terra possui por natureza diferentes capacidades de produção, e, na medida em que se elevam as necessidades da sociedade pela produção de alimentos e gêneros agropecuários, ocorre a concorrência pelas diferentes parcelas do solo. A renda que decorre dessa diferença denomina-se renda diferencial. “Na prática, não se distinguem as duas partes da renda territorial. Não se pode determinar qual é a proporção da renda diferencial e qual a da renda absoluta”. (KAUTSKY, 1898/1980: p.98).

Nota-se, assim, que o capital alia-se à propriedade da terra para se reproduzir, reconfigurando o antagonismo terra/capital, o que expressa mais uma vez a natureza contraditória de seu desenvolvimento. Esse processo de sujeição da renda da terra ao capital é uma das marcas do desenvolvimento do capitalismo no campo, e torna-se pré-condição para a sujeição do trabalho que se dá na terra ao capital (MARTINS, 1995).

No que se refere ao processo de trabalho sobre a terra para a geração de novas mercadorias, condicionantes da reprodução do capital, o mesmo não necessariamente precisa assentar-se sobre relações capitalistas de produção. O que significa dizer que “o capitalismo engendra relações de produção não capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não capitalista do capital (MARTINS, 1981: p.21). O desenvolvimento de relações capitalistas de produção no campo ocorre majoritariamente quando o capitalista urbano e o proprietário fundiário

personificam-se em um único sujeito. Neste processo, a um só tempo, a renda fundiária e o lucro oriundo da extração de mais-valia se articulam. Ambos os casos são marcas do capitalismo monopolista, um estágio mais avançado do desenvolvimento desse modo de produção, em que a concorrência cede lugar ao monopólio via concentração e centralização de capitais (SWEEZY, 1977).

Como expressão da contradição entre a produção de capital a partir de relações não capitalistas de produção, emerge uma classe social que consegue se reproduzir num contexto de hegemonia das relações capitalistas de produção sobre as formações sociais. Trata-se do campesinato, concebido a um só tempo enquanto uma classe social e um modo de vida⁷ inserido no modo de produção capitalista, que estabelece no seu cotidiano relações não-capitalistas de produção, porque ele tem relativa autonomia sobre seus meios de produção, majoritariamente não usa mão-de-obra assalariada, ou a utiliza como complementar ao trabalho familiar. Portanto, não sobrevive da extração de mais-valia, um dos elementos centrais na caracterização das relações capitalistas, tanto quanto não se apropria da renda fundiária capitalista.

Nesse contexto, o camponês sofre constantemente um processo de desterritorialização e reterritorialização (PAULINO, 2006), ou seja, ao mesmo tempo em que o capitalismo expropria e subordina o camponês, através da sujeição da renda da terra ao capital, por outro lado deixa brechas que possibilitam a recriação dessa classe. A manutenção de sua relativa autonomia, com relação a propriedade dos meios de produção, e a abertura de financiamentos para custeio agrícola são exemplos dessas brechas.

Tavares dos Santos (1978), em **Colonos do Vinho**, fez um estudo sobre os produtores de uva da região serrana do Rio Grande do Sul e sua relação com as vinícolas, que contribui para o entendimento da permanência do campesinato no modo de produção capitalista. Caracterizou tais sujeitos como personagens não especificamente capitalistas, que constituem um processo de resistência nesse modelo, ou seja, num contexto hegemonicamente capitalista, são capazes de manter relações de produção e de convivência diferentes e até mesmo opostas ao modelo capitalista.

⁷ Utiliza-se os termos modo de vida e classe social não como sinônimos, mas como categorias analíticas para buscar uma definição de como se constitui o campesinato no universo social do capitalismo. Modo de vida é uma categoria antropológica, que enfatiza valores, visão de mundo, práticas cotidianas, dentre outros elementos culturais. Por sua vez, classe social é uma categoria sociológica que ajuda a compreender o lugar do campesinato nas relações de poder que ele estabelece com outras classes, seu papel na economia e suas formas de organização política.

Um exemplo desse tipo de resistência é o fato de o camponês realizar uma produção simples de mercadorias, na qual ele não acumula capital. “O camponês é a personificação da forma de produção simples de mercadoria, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção e trabalha com estes meios de produção” (TAVARES DOS SANTOS, 1978: p.69).

No capitalismo, para se obter sucesso, é necessário o acúmulo de capital na extração de mais-valia para se poder investir na compra de mais meios de produção e aumentar o lucro. Por isso, Tavares dos Santos (1978) destaca o fato de o capitalismo ser um fator de aumento das contradições sociais, uma vez que promove a concentração de renda e recursos. O camponês, por ter sua renda expropriada, não tem condições de acumular, sob este ponto de vista, e, portanto, segundo o autor, constitui uma forma não especificamente capitalista de produção.

Nesse contexto, quando o camponês se relaciona com o setor industrial, na venda de sua produção, ocorre a subordinação da renda e do trabalho camponês ao capital, porque o capitalista industrial se apropria do sobre-trabalho do camponês e da renda da terra, ao não pagar o valor devido aos produtos, ou seja, o dinheiro que o camponês recebe pela mercadoria que vende é inferior ao valor de fato desta mercadoria, tendo em vista a quantidade de trabalho e recursos investidos para a produção de tais mercadorias. Esse fato acontece porque a definição dos preços das mercadorias agrícolas, na maioria das vezes, é feita por setores alinhados ao grupo dos empresários, que para reduzir os custos de pagamento da força de trabalho que compram, procuram baixar os preços dos produtos que compõem a base da reprodução desta força de trabalho, como é o caso dos gêneros alimentícios.

Nesta conjuntura, em que a indústria controla o processo de produção do camponês, a propriedade da terra aparece como garantia de relativa autonomia, frente às regras impostas no que se refere a técnicas de produção, infraestrutura necessária, possibilidade ou não de combinação com outras atividades, entre outros. Então, embora o pequeno produtor seja “dono” da terra, a autonomia - característica elementar na constituição do sujeito camponês - é reduzida ou quase extinta frente à vinculação com o mercado.

Para Wanderley (1985) apenas é proprietário real da terra (dono, de fato) aquele que consegue se apropriar da renda fundiária capitalista, ou seja, da parcela de mais-valia. Isto pressupõe que para haver a apropriação da renda fundiária é necessário haver

a exploração do trabalho alheio via assalariamento⁸. Para a autora, o campesinato constitui a base de uma das formas de dominação do capital na agricultura, pois assume a realização da produção e não recebe a remuneração que lhe é devida. Para fazê-lo, o camponês deveria ser o proprietário de fato da terra, e isto o tornaria um capitalista. Nesse sentido, sob o ponto de vista de uma análise econômica, o camponês só é camponês enquanto não consegue se apropriar da renda que produz. Quando o faz, se torna um capitalista.

A esse contexto, Van Der Ploeg (2008) denomina Império e o conceitua da seguinte forma:

O Império é um modo de estruturação, uma forma específica de montar recursos materiais e institucionais numa rede cujas características estruturais implicam hierarquia e conquista, submissão e exclusão constantes. [...] É a lógica do capital que define as modalidades específicas da mobilização e da montagem de recursos (VAN DER PLOEG, 2008: p. 95).

O Império, representado pelas grandes agroindústrias, a que o autor denomina impérios, não produz valor algum, apenas apropria e concentra as riquezas produzidas pelos trabalhadores a ele vinculados, através das mais diversas formas. De acordo com o autor, faz parte da condição camponesa a necessidade de dar respostas ao ambiente hostil criado pelo Império, a fim de garantir “graus de autonomia para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente” (VAN DER PLOEG, 2008: p. 285). O Império, portanto, condiciona e determina novas formas de campesinato e promove dialeticamente a criação de novas formas de resistência dos camponeses ao ambiente criado por ele. As respostas camponesas ao Império se dão de forma heterogênea, dependendo do contexto histórico-espacial; no entanto possuem um elemento em comum: a promoção de processos de aprendizagem para o campesinato que fortalecem o princípio camponês, entendido como uma noção emancipatória.

Nos debates a respeito dos sujeitos sociais que vivem no campo, há um grupo de intelectuais que compreende que a integração do campesinato com o mercado e o uso de novas tecnologias transformou-o em agricultor familiar, ao mesmo tempo em que

⁸ Parece-nos importante frisar ainda, quando usamos o termo camponês, neste trabalho, estamos nos referindo à família camponesa como um todo. Nesse sentido, não estamos analisando as relações intra-familiares para compreender este processo de apropriação da renda, apesar de saber que dentro da família existem diferentes níveis de poder e que pode haver exploração de mais-valia da mulher por parte do homem, por exemplo. Mas isto poderá ser objeto de análise para futuros trabalhos.

promoveu uma mudança de identidade (ABRAMOVAY, 1991). Tal interpretação, no entanto, limita-se estritamente aos fatores econômicos ligados ao campesinato. Sua identidade, todavia, é constituída por elementos que transcendem o aspecto econômico, pois o campesinato constitui um modo de vida, formado por um conjunto de valores simbólico-culturais norteadores da vida de tais sujeitos. Trate-se de uma forma específica de ver e se relacionar com o mundo e com seus pares. Por outro lado, o fato do camponês participar do mercado não o torna um capitalista, pois as relações sociais de produção, que estabelecem enquanto classe social, se diferem das relações tipicamente capitalistas. (PAULINO, 2006; TEDESCO, 1999; TAVARES DOS SANTOS, 1978).

Moura (1988) partilha da mesma ideia:

Ora, o conceito de camponês tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias e sugere imediatamente características da sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político. (1988: p. 69).

Por conseguinte, na medida em que o campesinato organiza sua cultura a partir dos referidos costumes, seu modo de vida contrapõe-se aos valores hegemônicos produzidos pelas classes dominantes, e, assim, desenvolve no plano simbólico sua posição de classe, vista “como una interrelación social, una interrelación de conflicto con otras clases y grupos. Fuera de estas interrelaciones, una clase deja de existir” (SHANIN, 1979: p.228).

Desta forma, o campesinato se constitui numa classe *sui generis* no capitalismo, porque se baseia no próprio controle sobre o trabalho e os meios de produção. É isso que “lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida” (PAULINO, 2006: p.21). Tal autonomia, porém, não é absoluta. Ela acontece na medida em que o camponês consegue ter o controle sobre seu tempo e seu espaço. Conforme ele vai perdendo sua liberdade e autonomia, vai enfraquecendo a identidade camponesa.

Marques (2004: p. 145) define o modo de vida camponês como um “conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra” e se insere na sociedade capitalista de forma subalterna, visto que tais valores não são tidos por esta sociedade como os mais importantes, em detrimento de valores como o lucro, o acúmulo de capital e o consumo.

A reprodução da cultura camponesa aparece no seio da sociedade moderna como um movimento contraditório que se torna possível a partir de sua inserção periférica em relação à lógica social dominante. (MARQUES, 2004: p.152).

O campesinato é fortemente caracterizado por uma heterogeneidade e por diversidade culturais. Conforme a região em que vive, o camponês tem formas diferentes de trabalhar, relacionar-se com os vizinhos, tem cultivos distintos, e também formas diferentes de posse da terra. Há uma maioria que tem a propriedade formal da terra em que vive, porém há os posseiros, que só têm a posse da terra, mas não a propriedade formal da mesma; há os meeiros, que têm o direito de trabalhar na terra, com a condição de entregar a metade da produção para o dono da terra, além de vários outros “tipos” de camponeses. Mas, o que os unifica nessa diversidade, na esfera econômico-social, é a condição de produtores simples de mercadorias, organizados a partir do núcleo familiar. O que permite definir a existência de uma economia familiar que tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontradas nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises (SHANIN, 2008: p. 27)

Não obstante esta dimensão econômico-social das relações camponesas só adquire significado frente à dimensão simbólico-cultural produzida nos variados contextos de sua reprodução, cujo cerne se encontra na construção de uma visão distinta acerca do significado da propriedade da terra, concebida pelo camponês não apenas como um meio de produção, mas como fonte de vida. Da mesma forma, o trabalho é encarado como condição tanto para sua sobrevivência, quanto para sua dignidade. Por fim, a família é o elemento que centraliza essa visão sobre a terra e sobre o trabalho, e é a partir dela que se estabelece sua relação com tais elementos. (TEDESCO, 1999).

Outro elemento caracterizador da identidade camponesa é a importância atribuída aos vínculos de reciprocidade entre os vizinhos e a noção de comunidade fortemente arraigada na subjetividade de cada indivíduo. Para Tedesco (1999), a própria sociabilidade nas comunidades camponesas está estritamente ligada à “obrigação” de ajuda mútua e recíproca entre os vizinhos. Como exemplos, destacam-se a troca de dias de serviço, os mutirões, ou ainda, a troca de alimentos. É costume nas comunidades

camponesas, quando da matança de algum animal, dar uma parte da carne para o(s) vizinho(s) que veio(vieram) ajudar e depois, ir ajudar quando este(s) vizinho(s) também matar(em) algum animal.

Ainda no processo de recriação do campesinato enquanto modo de vida específico e enquanto classe social *sui generis* no capitalismo, também faz parte das relações que estabelecem a inserção nos processos de luta política, através dos quais manifestam seus interesses particulares em relação às demais classes sociais e expressam sua visão de mundo. Diante dessa questão, Shanin (1979) identificou uma dualidade da ação política do campesinato que, por um lado, tem demonstrado sua capacidade de atuar politicamente como uma entidade social do tipo classe ao longo da história, não só nas formações sociais pré-capitalistas, mas já onde o capitalismo se encontra altamente desenvolvido. Assim,

[...] el campesinado de las sociedades industriales ha mostrado cierta capacidad para la acción política cohesiva, y no solo cuando se enfrenta a los terratenientes tradicionales en obsoletas batallas de tipo precapitalista; sus intereses comunes han empujado a los campesinos a conflictos políticos también con los grandes terratenientes capitalistas y con el Estado moderno. (SHANIN, 1979: p.227)

Por outro lado, encontram dificuldades para atuar como tal, pois a fragmentação do campesinato em pequenos seguimentos locais, e a diversidade de seus objetivos políticos mina consideravelmente seu efeito político potencial. Dessa forma, a dualidade principal da posição dos camponeses nas sociedades consiste em ser, de um lado, uma classe social com escasso caráter de classe e em geral por outras classes, e de outro, “um mundo diferente”, uma sociedade em si mesma que ostenta um padrão de relações sociais distintas (SHANIN, 1979).

Assim, o referido autor pontua que a realização da capacidade potencial do campesinato se constituir como classe social, do ponto de vista político-ideológica, depende de sua coesão, da homogeneidade de condições econômicas, sociais e cultural, assim como de sua interação e do reflexo desses fatores na esfera ideológica. Todavia, ao analisar a história das lutas camponesas, delineia três padrões principais de ação política do campesinato enquanto classe. A ação de classe independente, a ação política dirigida e a ação política espontânea.

No primeiro padrão, o campesinato se cristaliza como classe social no curso dos conflitos, cria sua própria organização, elabora sua ideologia, seus objetivos e símbolos,

produz seus próprios líderes. “Sin embargo, para los campesinos de hoy, este patrón de acción política es el menos frecuente” (SHANIN, 1979: p.231). No segundo padrão, o grupo social em questão é movido por uma força unificadora externa. Nesse caso, segundo Shanin (1979), o campesinato pode ser “usado” para executar uma ação contrária aos próprios interesses, ou para levar a cabo seus próprios interesses. Entretanto, a elaboração dos mesmos se encontra articulada à ação de líderes qualitativamente distintos.

Já o terceiro padrão de ação apontado por Shanin (1979) é a mais típica forma de ação do campesinato sobre a esfera política, e pode assumir duas formas: distúrbios locais e passividade camponesa. No que se refere aos distúrbios locais, o autor destaca que surgem como explosões breves de frustrações acumuladas e de sentimentos de rebeldia. Entretanto, desempenham um papel importante nos processos políticos.

Estos distúrbios, generalmente reprimidos com facilidad por las autoridades centrales, pueden actuar como um freno a la política central u estimular el cambio. Cuando se relacionan con las crisis em otras áreas y esferas, pueden convertirse en movimientos nacionales capaces de determinar grandes desarrollos políticos. (SHANIN, 1979: p. 232)

No que se refere à passividade camponesa, Shanin (1979) pondera que esta é uma situação complexa, em que a apatia do campesinato diante da política pode contribuir tanto para a conservação de uma ordem estabelecida, quanto para o triunfo de um processo de transformação social.

A esses padrões de ação política é possível acrescentar a existência de diferentes estratégias de suas manifestações, que, segundo Paulino (2006), variam de estratégias de ação direta à estratégias de ação indireta que passam despercebidas no campo da luta de classes. No âmbito das estratégias de ação direta, Shanin (1979) enfatizou a ação armada dos camponeses, a estratégia de guerrilha, como uma particularidade da história de suas lutas. Entretanto, o “cruzar dos braços” do camponês, no sentido da diminuição da produção, diante de uma situação de crise econômica também deve ser encarado como uma estratégia política. Trata-se de um enfrentamento silencioso, que se configura como uma estratégia que se inscreve na perspectiva de classe, que possui como característica singular a capacidade de produzir os próprios meios indispensáveis a sua sobrevivência. (PAULINO, 2006).

Ainda, identifica-se uma luta de classes entre os camponeses, as classes dominantes e o Estado que se expressa de diversos modos. Para Bourdieu (2005), uma

das principais formas de expressão da luta entre classes e grupos sociais se dá no plano simbólico, no qual as classes disputam entre si pela imposição de sua ideologia, seu modo de pensar e agir, seus costumes, enfim, sua definição de mundo social. Esta luta é sentida, mas não é percebida. As classes dominantes, portanto, exercem uma violência simbólica sobre as classes subalternas.

Essa violência é exercida também de diversas formas: o fato, por exemplo, de o camponês expressar-se numa linguagem específica, diferente da linguagem padrão, o torna subalterno perante os sujeitos que dominam a norma culta da língua. O domínio da língua, nesse contexto, é um símbolo utilizado pelas classes dominantes para exercer violência simbólica sobre as classes subalternas, que não fazem uso da linguagem padrão. Em virtude destes processos, é possível afirmar que o lugar que o campesinato ocupa no capitalismo é contraditório, uma vez que ele encontra espaço para reproduzir seu modo de vida e sua posição de classe num contexto no qual as condições objetivas e subjetivas tenderiam para sua extinção.

Não obstante, é mister pontuar que as ações humanas se dão no tempo e no espaço, e que o espaço “não é apenas um receptáculo da história, mas a condição de sua realização qualificada” (SANTOS, 2008, p. 126). Logo, as dinâmicas do modo de vida e da posição de classe do campesinato se expressam na dinâmica da produção do espaço, visto que este é resultado da atividade social, pois, conforme pondera Lefebvre (1976: p.40) “no se considera el espacio como um dado a priori, bien sea del pensamiento (Kant), bien seja del mundo (positivismo). Se ve en el espacio el despliegue de una actividad social”. Em uma dinâmica processual, multiescalar e descontínua ocorre o movimento de apropriação e dominação, material e simbólica do espaço pelos sujeitos, resultando na produção de territórios e de territorialidades camponesas que se inscrevem no território capitalista. Contudo, segundo Fernandes (2008), as características do modo de vida e as dinâmicas de classe do campesinato contrapõem esse território aos territórios do capital, representados pelo latifúndio e pelo agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão presente neste trabalho nos leva a compreender que há um lugar para o campesinato no capitalismo, apesar de sua posição de classe subalterna. O que

possibilita sua reprodução, mesmo no contexto dos Impérios Alimentares, é sua capacidade de resistência e resiliência, que se manifestam nas dimensões econômico-social, simbólico-cultural e político-ideológica. Portanto, na constituição do campesinato, enquanto classe social e modo de vida, verifica-se uma articulação dessas múltiplas dimensões. Na dimensão econômico-social, o camponês se caracteriza pela produção simples de mercadorias, na qual vende os produtos de seu trabalho para comprar o que não tem condições de produzir, ao contrário da lógica capitalista, em que se compra a mercadoria *força de trabalho* para produzir e vender novas mercadorias. Na dimensão simbólico-cultural, destaca-se, no campesinato, a existência de uma forma específica de conceber o mundo e relacionar-se norteada por valores que se diferenciam dos hegemônicos. Por sua vez, na dimensão político-ideológica, o camponês se configura como um sujeito que participa dos processos de luta política de diversas formas. Essa capacidade de resistência e resiliência camponesa se expressa no movimento de produção do espaço e dos territórios, o que permite identificar reconhecer a presença de territórios camponeses dentro dos territórios capitalistas hegemônicos de nosso tempo.

REFERÊNCIAS

- AMIN, S; VERGOPOULOS, C. (org.). **A questão agrária e o capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- BOURDIEU. P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: MICELI, S. (org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva S. A, 2009.
- _____. Condição de Classe e Posição de Classe. In: MICELI, S. (org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva S. A, 2009.
- DA ROS, C. A. **As políticas agrárias durante o Governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha**. 2006. 477 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2006.
- FERNANDES, B, M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

HARVEY, D. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

LEFEBVRE, H. **Espacio y Política: el derecho a la ciudad**, II. Barcelona: 1976.

MARQUES, M. I. M. O lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: MARQUES, M.I.M. ; OLIVEIRA, A. U. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

MARTINS, J. de S. **O cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Victor Civita, 1982.

_____. As lutas de classe na França de 1848 a 1850. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982a.

_____. O dezoito de brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982b.

_____. **O Capital - Crítica da Economia Política: o processo de produção do Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Tomo I e II.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital** – Resultados do Processo de Produção Imediato. São Paulo: Moraes, 1985. p.87 – 108.

_____. As classes. In: MARX, K. **O Capital - Crítica da Economia Política: o processo global de produção capitalista**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MARX, K.; ENGELS, F. Feuerbach. Oposições das concepções materialista e idealista (Capítulo primeiro de A ideologia alemã). In: MARX, K ; ENGELS, F; **Obras escolhidas**. Moscou: Progresso, 1982.

MEDEIROS, L, S. **Algumas considerações sobre o conceito de classe social**. (Exame de qualificação de Doutorado). São Paulo: Unicamp, 1992.

- MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988.
- PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.
- SANTOS, Boaventura de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SHANIN, T. El campesinado como factor político. In. SHANIN, T. (org.). **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- _____.Campesinato: questões teórico-políticas. In.: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SWEEZY, P. M. **Capitalismo Moderno**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- TEDESCO, J. C. **Terra, Trabalho e Família: Racionalidade Produtiva e Ethos Camponês**. Passo Fundo: UPF, 1999.
- VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- WANDERLEY, Maria N. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cad. Dif. Tecnol.** V. 2, N. 1. Brasília: jan/abril, 1985.